

## A CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM SALA DE AULA: UMA ABORDAGEM ACERCA DA LEI 10.609/2003

Robério Daví Borges Cunha<sup>1</sup>

José Carlos Costa<sup>2</sup>

Patrícia Cristina Aragão (Orientadora)<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância da valorização da cultura afro-brasileira em sala de aula, cuja obrigatoriedade se deu a partir da implementação da lei federal 10.639/03, que obriga as instituições de ensino fundamental e médio do Brasil a inserir de maneira transversal a História e cultura afro-brasileira, e sobre a discriminação étnico-racial que alunos enfrentam no cenário escolar. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica a partir dos estudos de Gonçalves (2009) e Cunha JR (1992). Assim ele enfoca uma nova prática educacional buscando valorizar a cultura referida com seus valores e suas práticas

**Palavras Chaves:** Cultura Afro-Brasileira. Identidade. Discriminação.

### Introdução

A discriminação racial existente no Brasil pode ser observada tanto nas escolas públicas quanto nas escolas privadas, mantendo-se como um entrave para a melhoria do ensino/aprendizagem destes indivíduos, de maneira a estabelecer regras e limites aos direitos da grande etnia afro-brasileira, que desde o período colonial já era vista com desprestígio pelos colonizadores.

Apesar desta situação incômoda os negros/as sempre resistiram, ora simbolicamente, incorporando ao universo católico o sincretismo das religiões de matrizes africanas, ora na formação de quilombos, onde era possível viver longe da exploração e castigos impostos por parte dos europeus. No que tange ao mundo simbólico é de grande valia considerar que Bourdieu afirma: *“o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que exercem”* (Bourdieu, p.g 7-8: 2010).

O espaço quilombola se configurou como um lugar de preservação da cultura e da memória, e, principalmente como um dos maiores símbolos em que os negros/as, até a invasão e destruição proposta pelo Estado português, e, executada pelos bandeirantes no século XVII, preservavam estes ambientes como uma espécie de “pequena África” dentro do território colonial brasileiro, conservando seus mitos, danças, arte; em fim suas Representações Culturais.

No século XIX, com o advento de movimentos de caráter abolicionistas influenciados por estadunidenses, e, por pressão econômica dos britânicos com a Aberdeen Act, serão sancionadas leis no contexto do Brasil Império que vão questionar o regime de escravidão, cujo desfecho se dá com a assinatura da Lei Áurea que “garantiu a emancipação” dos negros/as, mas não forneceu condições mínimas de vida para esses indivíduos; isso favoreceu a manutenção do preconceito que se perpetua até os dias atuais. Notamos resquícios e práticas inerentes a preconceitos raciais que se mantêm nas esferas sociais, econômicas, políticas e culturais, bem como educacionais

---

<sup>1</sup> Graduando em História pela (UEPB) Universidade Estadual da Paraíba

<sup>2</sup> Graduando em História pela (UEPB) Universidade Estadual da Paraíba

<sup>3</sup> A professora Patrícia Aragão é doutora em educação pela (UFPB) Universidade Federal da Paraíba, e, é membro efetivo do departamento de História da (UEPB) onde desenvolve várias pesquisas no campo da educação, sobretudo dentro da temática dos estudos afros.

residindo nas escolas. Hoje esta temática ganhou visibilidade mediante a promulgação da lei federal 10.639/2003(Constituição Federal do Brasil: Lei 10.639/03).

As ações afirmativas como um conjunto de correções às desigualdades raciais com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criada e mantida por uma estrutura excludente que auxiliem a figura dos afros-descendentes, e tragam novas perspectivas de maneira a modificar as condições sócio-educativas dos afros-decendentes, diminuindo assim, as disparidades verificadas na sociedade brasileira, por muito tempo ficou mascarada na História pelo “Mito da Democracia Racial”.

### **A lei 10.639/03 e a educação para as relações étnico-raciais**

Ao refletirmos sobre os estudos realizados por Davis (2000), Munanga (1996), e Hasembaig (1991), percebemos que a manutenção do preconceito racial penaliza os negros/as à exclusão na esfera da vida social. Reflexão esta que cria sentido e significado nas palavras abaixo parafraseadas:

Ser negro ou ser mestiço significa ter uma maior probabilidade de ser recrutado para posições sociais inferiores. Isto, numa estrutura social que já é profundamente desigual. Então, no meu entender, o vínculo entre raça e classe é exatamente esse: raça funciona como mecanismo de seleção social que determina uma medida bastante intensa qual posição que as pessoas vão ocupar (Hasembaig 1991: 46).

Nesta citação observamos que as condições fenotípicas, isto é, os aspectos morfofisiológicos, relegam os povos de origem afros existentes na nossa sociedade a condições de exclusão e segregação social; adicione-se a este fator o baixo nível de escolaridade, o desemprego e o subemprego que são “disponibilizados” aos homens e mulheres, especialmente os de origem afro-brasileira, e, se verá que a discriminação racial chega a patamares surpreendentes.

É importante frisar que a lei 10.639/2003 tem como objetivo, a inserção no currículo escolar das instituições de ensino fundamental e médio do Brasil figuras relegadas historicamente. Conquistas provenientes de ações de grupos como o Movimento Negro Unificado (MNU) e da Frente Negra de Pernambuco que lutaram em prol da defesa dos direitos dos negros/as na sociedade. A Constituição Federal de 1988, que postulou o racismo como crime inafiançável e imprescritível, essa será a primeira conquista dos grupos de movimentos negros no Brasil, que caminhou na contramão do mundo revolucionário de 60, se registra a eclosão de vários movimentos, como o feminismo, o hippie, o estudantil, bem como intensificamente nos EUA o movimento negro encabeçado por Martin Luther King, símbolo na luta pela igualdade entre brancos e negros em todos os setores sociais(Lei 10639/03).

Na década de 90 temos como exemplo Nelson Mandela, que lutou ativamente contra a segregação racial na África do Sul, a historiografia contemporânea o considera como um marco na luta pelos direitos civis iguais para negros e brancos. No Brasil apesar dos movimentos terem sua gênese na década de 70, a sua ascensão se dá a partir da década de 90 amparados pela Constituição Federal, mas que afetam a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, que tem como função geral adaptar a realidade do ensino brasileiro incorporando a diversidade cultural sem excluir raça ou religião(Lei de Diretrizes e Bases, 1996)

Os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) serão re-elaborados, pois em seu conteúdo apresentavam certa fragilidade não apenas no que diz respeito à produção de materiais didáticos, assim como ao pouco incentivo a formação inicial e continuada dos

docentes ativos; fatores estes que influenciam na educação multi-étnica. Novos conceitos serão inseridos, como o da alteridade, que são conceitos presentes em currículos formais existentes no mundo, porém só chegaram ao Brasil recentemente, e suas discussões muitas vezes se prendiam ao mundo acadêmico.

No tocante aos valores étnicos-raciais dentro do universo escolar é mister mencionar os estudos de Santos (2008) em que ele atesta que

A educação brasileira não pode ser entendida sem levar em conta as relações entre os diversos grupos étnicos que formaram esta nação[...] a escola na sociedade capitalista assume um caráter homogenizador, prevalecendo um padrão estético vinculado à sociedade européia, o que estamos chamando de monoculturalismo e excluindo, por exemplo, a referencia negro-africana da formação da sociedade brasileira (Santos,p.01: 2008).

A concepção do fazer educacional brasileiro tem seus valores construídos e referendados na cultura européia cristão-judaico-ocidental, capitalista, branca e cientificista; excluindo por demais os valores e representações de matrizes africana, então a escola do Brasil passa a negar as múltiplas identidades dos afros-descendentes como referenciais a serem incorporados ao currículo escolar oficial de Brasil.

Só a partir de 2003, Com a promulgação da lei 10.639/2003 é que a questão étnico-racial passa a fazer parte da “pasta do dia”. Já no artigo 26-A é vedado que “*Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatória o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira*” (Silva, p.01:2003). É importante frisar que os estudos culturais incorporou novos objetos, e a possibilidade de novas categorias históricas, como o cotidiano, as práticas culturais e os elementos identitários, de modo que, a partir de então a cultura afro-brasileira torna-se elemento integrante nos currículos escolares brasileiros.

Analisando as questões da afro-brasilidade, convém evocar e aprofundar-se nos elementos que compõem este complexo quadro; para isso analisaremos a lei sancionada pelo presidente Luíz Inácio Lula da Silva, citaremos a autora Leila Leite Hernandez em sua obra *A África na Sala de Aula* que apresenta algumas propostas para o ensino de África em sala de aula, diferentes da abordagem historiográfica tradicional que enxerga os negros como escravos ou “heróis” dos quilombos, como Zumbi e Gangá Zumbá.

E as contribuições elucidadas no texto *A Inclusão da História Africana no Tempo dos Parâmetros Curriculares Nacionais* de Henrique Cunha que discute alguns elementos, que segundo ele são de suma importância para o estudo das populações afro-brasileiras enquadrados na conjuntura dos PCn's, e por fim pretendemos analisar o perfil dos professores e propor algumas propostas para o ensino dos afro-descendentes valorizando a experiência humana, e levantando a auto-estima dos negros na educação, com a inserção de práticas motivacionais que estimulem o reconhecimento das contribuições dos afro-descendentes em todos os aspectos, inclusive os culturais para a sociedade brasileira, ocasionando um resgate histórico dos negros, e uma valorização do negro atualmente, o que irá contribuir para o respeito a diversidade do negro, bem como a diminuição do racismo e preconceito racial através do reconhecimento da figura do negro como sujeito da sociedade e agente da História.

No que tange a Educação Étnico-Racial dos Afro-descendentes o problema ainda é mais complexo, pois esta preocupação só irá surgir de acordo com (Cunha JR,92), a partir dos anos 70 com a luta dos movimentos negros que segundo ele criaram um ambiente favorável à discussão da cultura nacional e origens do povo brasileiro, tendo por base os contributos dos africanos para a nossa etnia e historiografia. Estes

movimentos segundo este autor nascem no seio dos Movimentos Sociais e Sindicais da Educação, realizados em várias cidades brasileiras que tem o intuito de massificar a discussão sobre a como implementar este projeto na prática, iniciando a discussão com a diferenciação entre Etnia e Raça para desconstruir visões pragmáticas da história em relação a características fenotípicas, bem como a ruptura de padrões ideológicos que foram vigentes na historiografia, como por exemplo o eurocentrismo, resgatando a figura do negro, sem ser levado pela tendência do africanismo, o autor ressalta que devemos modificar a situação da América Latina e utilizando Stein(1977), argumenta: “Como a América do Norte viria a perceber mais tarde, uma sociedade pode perpetuar as desigualdades sociais de forma muito efetiva quando e na distribuição de renda, apóia-se nos fenótipos.” Stein(1977).

Nesta citação o autor apregoa o atraso nos EUA, a questão fenotípica sendo determinante para uma condição de desenvolvimento e/ou subdesenvolvimento, e afirma que é importante superar estas discussões para se ter uma educação pautada no respeito à diversidade e para as relações étnico-raciais. Por fim, sobre a discussão das orientações curriculares Silva (2001), pontua:

Essas narrativas celebram os mitos da origem nacional, confirmam o privilégio das identidades dominantes e tratam as identidades dominadas como exóticas ou folclóricas. Em termos de representação racial, o texto curricular conserva, de forma evidente as marcas da herança colonial. O currículo é, sem dúvida, entre outras coisas, um texto racial. (Silva, 2001:102).

Ainda discutindo sobre tal temática é importante elucidar a discussão sobre o processo de formação do educador multicultural atual, e no final apresentar algumas propostas para o ensino de África apresentadas no texto A África em Sala de Aula da professora Leila Leite Hernandez.

A formação docente atualmente é vista como uma forma de “sanar” os danos empreendidos pela sociedade e reproduzidos pelos sistemas de ensino ao longo dos séculos, de acordo com o texto “Discriminação Racial e Educação” (Gonçalves), a mudança passa por três aspectos: desconstruir a cultura européia, como sendo uma referência mundial, e valorizar a diversidade de culturas, especialmente a africana, mesma idéia defendida por (Cunha, Jr 92), para assim modificar a “grade curricular” alargando a “visão” da educação. O segundo aspecto é ressignificar a imagem da África re-contando sua História, valorizando suas ricas tradições orais, contadas pelos griots, como a existência de grandes impérios na África pré-chegada dos europeus, desmistificando a visão de terra exótica, selvagem de pessoas famintas, adeptas de práticas canibalescas, e como um lugar de tráfico escravo, para assim valorizarmos a História dos Negros, valorizando, motivando nossos alunos afro-descendentes, e não reproduzindo opiniões midiáticas, conforme Zamparoni argumenta:

Qual a imagem da África e dos africanos que circulam em nossos meios midiáticos e acadêmicos e que ajudam a formar nossa identidade? A resposta é que o que predomina não destoa muito: exótica, terra selvagem, como selvagem são animais e pessoas que nela habitam: miseráveis, desumanos, que se destroem em sucessivas guerras fratricidas, seres irracionais em meio aos quais assoam doenças devastadoras. Enfim, desumana (Zamparoni, 2004:40).

O docente de boa formação inicial, sobretudo continuada tem que repensar estes conceitos e propor um estudo de uma África como referência para outros países, apesar

destes problemas existirem, os brancos europeus colonizadores tiveram sua parcela de colaboração e a mídia muitas vezes “espetaculariza tudo”, então é necessário uma reflexão para se pensar sobre tais questões.

O terceiro aspecto retratado no texto faz menção à formação docente, que perpassa por condições pessoais (educação doméstica), e questões profissionais (educação escolar e acadêmica), o que reflete no entendimento das questões raciais e implica na diversidade cultural dos negros. O educador pode ser categorizado, segundo o texto como um reproduzidor de preconceitos e estereótipos veiculados na ideologia política dos livros, nas práticas curriculares, e transmitidos nas mídias, isso pode ser acentuado pela formação doméstica, se por exemplo a família era ou ainda se comporta como racista este educador pode reproduzir e se na escola e nos cursos de formação inicial e continuada sempre viu temas ligados ao negro de maneira desconexa e fragmentada, sem incluir o respeito a diversidade étnica e a questão das especificidades relativas a cultura afro-brasileira. Diferente do perfil do educador, que apesar das resistências a estudos desta temática, como por exemplo as religiões de matriz africana, e a ausência e desconhecimento de autores de língua portuguesa do Brasil e de países africanos que a falam, tem seus instrumentos pedagógicos mesmo que escassos voltados para a discussão da África e respeito a sua diversidade cultural, sem estigmas o que facilita o entendimento da cultura que é essencial para o educador, Silva (2001) :

Esse entendimento de cultura é necessário para o professor na medida em que ele atua em um sistema que através da tradição seletiva impõe a cultura dominante efetiva a alunos de segmentos étnicos e raciais diversos, colocando-a como a “tradição”. O conteúdo é realmente significativo quando este é relacionado com o contexto sócio-cultural do aluno e lhe propicia o domínio do conhecimento sistematizado (Silva, 2001).

Agora discutiremos como se trabalhar a problemática África em sala de aula, e no final mostrar a importância de se formar educadores “prontos” para trabalhar a diversidade cultural nas escolas, modificando assim o processo de formação inicial e continuada, vitais para o desenvolvimento das questões étnico-raciais. Sobre a África em sala de aula: visita à história contemporânea é um texto que reúne aulas de História ministradas pela ação conjunta de departamentos de humanas da Universidade de São Paulo, de 1998 a 2003. Este texto propõe em geral rediscutir a questão do ensino da África mostrando que este não se trata de um continente homogêneo, um todo imaginariamente indivisivo, mas que apresenta um grande pluralismo e singularidades, como os diversos modos de nascer, pensar, plantar, colher, caçar peculiares a cada sociedade africana, e ela propõe estudar esta temática de maneira interdisciplinar respeitando as diversas culturas lá existentes, e lançando um “novo olhar” sobre este continente diferente das concepções positivistas e eurocêntricas, que via a África, como: “A África propriamente dita é a parte característica deste continente. Começamos pela consideração deste continente, porque em seguida podemos deixá-lo de lado, por assim dizer. Não tem interesse histórico próprio, senão o de que os homens vivem ali na barbárie e na selvageria, sem fornecer nenhum elemento à civilização, sobre isto Hernandez argumenta:

Por mais que retrocedamos na história, acharemos que a África está sempre fechada no contato com o resto do mundo, é um Eldorado recolhido em si mesmo, é o país criança, envolvido na escuridão da noite, aquém da luz da

história consciente. [...] Nesta parte principal da África, não pode haver história. (Hernandez, 2005)

Nesta citação identificamos a tradicional visão sobre a África perpassada ao longo de gerações nos currículos oficiais, e por que não dizer na vida e na escola. Sabe-se muito pouco sobre o rico universo que constitui o continente africano. Tradicionalmente sobre a África estuda-se o Egito localizado ao norte do Sahel, não vemos grandes civilizações como Mali e Gana que formaram grandes impérios na humanidade. Depois alguns poucos livros didáticos trazem Cartago antiga cidade ao norte da África, mas devido à guerra entre Roma e Cartago, e não por aquela civilização estar situada na África. Após um longo hiato sobre a história deste continente daí vemos as grandes navegações e um “pouco” sobre a África, e depois apenas no contexto da descolonização afro-asiática dos séculos XIX e XX, tudo isto, de maneira européia, enfim, nossa mentalidade sobre a este continente, bem como o de seus personagens bitola-se a visão eurocêntrica, quando é necessário desconstruirmos tudo isto valorizando a vasta história oral e considerarmos a África como “berço” da humanidade, entendendo as igualdades e especificidades existentes lá para assim sermos educadores voltados para a multiculturalidade das questões sobre a África em sala de aula.

Diante do exposto é importante frisar a necessidade de se formar educadores aptos para lidar com a diversidade cultural do mundo em sala de aula, esta questão passa pela formação inicial e continuada, bem como na busca de materiais didáticos e que o docente dispa-se de preconceitos pessoais em relação a questões raciais, e que reflita sobre suas práticas docentes enxergando as diferenças da diversidade cultural num prisma de alteridade para assim haver a visão de uma educação atual que não engloba estereótipos e preconceitos.

### **Considerações finais**

A temática afro-brasileira no Brasil necessita ser mais discutida e aprofundada à luz das novas teorias históricas, como os Estudos Culturais, com um diálogo entre as distintas áreas do conhecimento. Para isso é importante refletir a lei 10.639\2003 propondo soluções práticas de ensino que situem os povos negros como protagonistas do processo histórico e “atores sociais” vitais para o entendimento das manifestações culturais produtos da diversidade brasileira e que tiveram as contribuições do grande legado desta etnia, auxiliando na desconstrução do mito da democracia racial, na diminuição dos preconceitos contra os negros e suas práticas culturais, promovendo uma educação étnico-racial pautada na alteridade e no multiculturalismo na busca de uma educação inclusiva e participativa, com a inserção da História, memória, e práticas culturais dos negros, permitindo aos afro-brasileiros a afirmação de sua identidade, e a valorização histórica como sujeitos atuantes na História, o que possibilita o ensino uma experiência diferenciada atrativa, rica e inovadora.

### **REFERÊNCIAS**

BUARQUE, Cristovam Ricardo Cavalcanti. **Diretrizes Curriculares Para a educação das relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**: Brasília – D.F - Outubro de 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico: Sobre o Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz (Português de Portugal) – 13<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro – RJ; Bertrand Brasil, 2010.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural? Um novo Paradigma? Representações.** Peter Burke; Tradução: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Pg. 10 – 32. Ed, 2005.

CUNHA, Jr Henrique. **A Inclusão da História Africana no Tempo dos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Centro de Tecnologia – Universidade Federal do Ceará – UFC e Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro – NEINB/USP,2003.

GONÇALVES, Dias Ribeiro Luciane. **Discriminação Racial e Educação.In: Educação das Relações Étnico-Raciais: O Desafio da Formação Docente.**Secretaria Municipal de Educação – Ituiutaba. UNIPAC – Tupaciguara/ NEAB/ UFU – Uberlândia,2009.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea.** São Paulo: Selo Negro, 2005.

SANTOS, Rosenverck Estrela.**Educação e Relações Étnico-Raciais no Brasil: Monoculturalismo e a Construção da Identidade Negra.** Revista Espaço Acadêmico – Nº. 91. São Luis- MA, Dezembro de 2008.

SILVA, Luiz Inácio Lula. **Constituição Federal do Brasil: Lei Federal de Número 10.639/3003.** Brasília – D. F - 09 de Janeiro de 2003.